



REFLEXÕES SOBRE A DIÁSPORA TRANS: MOBILIDADES DA CRISE DO GÊNERO

REFLECTIONS ON THE TRANS DIASPORA: MOBILITIES OF THE GENDER CRISIS

REFLEXIONES SOBRE LA DIÁSPORA TRANS: MOVILIDADES DE LA CRISIS DE GÉNERO

Cleber Meneses⁵¹

 10.21665/2318-3888.v10n19p179-215

RESUMO

Este artigo versa sobre um conceito novo para os processos diaspóricos tomando como base a intersecção entre as categorias de migrante e transgênero, como expressão do processo de des/reconstrução identitária a partir do fenômeno da diáspora vivenciada pelas mulheres trans e travestis brasileiras. Adotamos uma revisão bibliográfica que compreende o referencial teórico que discute gênero de uma perspectiva *queer*, estudos trans, feministas e de gênero, somando-se às discussões sobre os processos migratórios por meio de pesquisas sociológicas e transdisciplinares. O recorte dado para este trabalho segue como metodologia uma abordagem qualitativa que foi submetida ao modelo analítico e reflexivo dos processos identitários e diaspóricos, sendo este artigo um fragmento da tese de doutorado defendida em 2020, que colocou teorias em diálogo com dados secundários e com relatos orais de mulheres trans e travestis brasileiras, deste modo, possibilitando tecer algumas reflexões dispersas ao longo do texto. O trabalho está dividido em três partes que guiam os passos da leitura para compreensão do que é a Diáspora Trans, apresentando os conceitos de identidades trans e diásporas obtendo como resultado um debate conceitual diaspórico.

Palavras-chave: Diáspora. Transgênero. Gênero.

⁵¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, professor substituto da Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT, membro do GEPPIP. E-mail: cleber.cultura@gmail.com.



ABSTRACT

This article deals with a new concept for diasporic processes based on the intersection between the categories of migrant and transgender, as an expression of the process of identity de/reconstruction based on the phenomenon of diaspora experienced by Brazilian trans women and transvestites. We adopted a bibliographic review that comprises the theoretical framework that discusses gender from a queer perspective, trans, feminist and gender studies, adding to the discussions on migratory processes through sociological and transdisciplinary research. The cutout given for this work follows as a methodology a qualitative approach that was submitted to the analytical and reflective model of identity and diasporic processes, this article being a fragment of the doctoral thesis defended in 2020, which put theories in dialogue with secondary data and with reports speeches of Brazilian trans women and transvestites, making it possible to weave some scattered reflections throughout the text. The work is divided into three parts that guide the reading steps to understand what the Trans Diaspora is, presenting the concepts of trans and diaspora identities, resulting in a diasporic conceptual debate.

Keywords: Diaspora. Transgender. Gender.

Apresentando o debate

Partindo do prisma das ciências sociais, esta temática diz respeito aos debates sobre a existência e o funcionamento de redes sociais que emergem e se configuram para manutenção dos fluxos diaspóricos das mulheres trans e travestis brasileiras, que diferem das redes relacionadas a outras diásporas, vindo a contribuir para o aprofundamento das discussões relacionadas à interseção entre as categorias de migrante e transgênero em um contexto diaspórico.

Trata-se de uma abordagem contemporânea, que irá contribuir para apresentar uma versão diferenciada dos discursos normativos e disciplinares, que pelo viés da fusão da sociologia moderna, crítica, relacional, pós-estrutural, pós-colonial e da dos estudos *queer*, permitirá o desenvolvimento de reflexões no caminho da desconstrução de estereótipos e essencialismos, revelando a diáspora trans.



Tendo em vista que as trans são sujeitas que se constituem fora da norma de gênero, uma vez que a mobilidade/migração do gênero é um dos princípios da identidade trans, elas se tornam socialmente corpos abjetos (BUTLLER, 2003), foi o que impulsionou o desejo de realizar esta pesquisa. Este artigo é um fragmento da tese *Diáspora Trans: mobilidades e migrações espaço-temporal e de gênero* defendida em 2020 que se propõe em construir uma nova interpretação para o conceito de diáspora e que fez uso da história oral para dialogar com o referencial teórico apresentado.

O recorte deste trabalho se pauta em revisão bibliográfica submetido ao modelo analítico e reflexivo dos processos identitários e diaspóricos. É um estudo qualitativo de natureza aplicada, uma vez que tem como objetivo criar um novo conceito. Em relação aos objetivos é uma pesquisa de caráter descritiva-explicativa.

O artigo está estruturado em três partes, em relação ao seu desenvolvimento. A primeira seção é uma breve discussão sobre as transidentidades para situar o/a leitor/a sobre as identidades trans. A segunda seção promovemos um passeio por diferentes olhares sobre o conceito de diáspora, e por fim, trazemos a reflexão e definição do que compreendemos por diáspora trans.

Transidentidades: para além do corpo

Pensar as identidades trans tomando como base os estudos *queer* e os estudos de gênero, o *corpus* analítico dialoga diretamente com a maneira que Stuart Hall (2006) discute os processos identitários, retratando a fragmentação da/o sujeita/o pós-moderno. Assim como, trazemos aqui também a desnaturalização das identidades propostas por Castells (1999) e Bauman (2005); a “auto-identidade” e “hetero-



identidade” de Cuche (1999); e os processos identitários do trabalho de reflexão crítica de Ennes e Markon (2014) que dialoga com os demais autores citados.

Apesar de contextos, epistemologias e métodos de análise diferentes, todos eles confluem para a ideia de que as identidades são descentradas e é o resultado das relações de poder, assim como será compreendida a transidentidade (identidades trans).

Com base nos estudos *queer* compreendemos o gênero como uma construção social, relacional e fluida, em contraposição as teorias essencialistas, que por meio da cientificidade e/ou fundamentalismos defendem argumentos que marginalizam, desumanizam e patologizam as identidades trans. Nesse sentido, ao pensar a diferença como um movimento, uma disposição existencial e política que supõe a ambiguidade, o não lugar e o trânsito, têm nos estudos *queer* um conjunto de saberes e uma disposição política que vem promovendo novas possibilidades de conhecimento cultural (LOURO, 2012).

Os estudos *queer* se propõem a analisar a constituição das/os sujeitas/os e seus processos identitários através das experiências culturais vivenciadas, com foco na crítica aos discursos normalizantes, hegemônicos e universalizantes, subvertendo o binarismo sexual e de gênero dado e revelando a possibilidade da multiplicidade identitária possível.

As pessoas trans enfrentam uma batalha todos os dias, pelo fato de não fazerem parte dos grupos de gênero inteligível, ou seja, não seguem a principal premissa da cisheteronormatividade, em que o gênero deve coincidir com o sexo biológico e os prazeres estarem dentro dos padrões heterossexuais.



A cisheteronormatividade atua como um dispositivo histórico da sexualidade, corporalidade e identidade, tendo como objetivos: disciplinar todas/os para serem heterossexuais e/ou, independente da sexualidade e da identidade de gênero, induzir todas as pessoas viverem dentro dos padrões e normas heterossexuais, ou seja, você pode até ser gay, mas para ser aceito socialmente precisa seguir os referenciais do que se entende por masculino. No caso de uma trans feminina, acontece a mesma vigilância, para que ela se espelhe e se enquadre o mais próximo possível do que representa ser uma mulher.

Desta maneira, a heteronormatividade cria padrões e normas que agem tanto sobre as pessoas cis⁵², sejam elas heterossexuais, gays ou lésbicas, assim como, perante as pessoas trans e demais identidades. Vale salientar que a heteronormatividade é um conceito ressignificado para fazer reflexões sobre as disputas identitárias de sexo e gênero em um contexto mais amplo, mas que advém de uma terminologia criada pela feminista lésbica Adrienne Rich, quando em 1980 nos Estados Unidos ela apresenta o conceito de “heterossexualidade compulsória” para trazer à tona a invisibilidade das lésbicas no movimento feminista e nas relações de gênero na sociedade no contexto mais amplo, agindo como uma instituição política que usurpa os direitos das mulheres⁵³.

É através do discurso que o gênero se materializa e ganha contornos por meio de um processo de inclusão/exclusão autorizado/proibido que define o

⁵² É a pessoa que é nomeada ao nascer como masculina ou feminina a partir do sexo biológico e sente-se confortável com essa leitura, ou seja, todas as pessoas não trans são cis (cisgênero). Cisgênero, cissexual ou apenas cis é identificado como uma estratégia política de tornar o(a) heterossexual e as pessoas de gênero normativo no Outro, fazendo uso da alteridade. É uma terminologia transfeminista para desnaturalizar as identidades consideradas “naturais”. Da mesma forma que a ciência criou o termo trans (já constituída com uma representação marginalizada), a população trans inverte o processo e nomeia os(as) “normais” para que possam ser analisados, questionados e objeto de crítica. É um termo da década de 90 e que também pode ser utilizado para representar os(as) não-trans. Neste trabalho será utilizado para identificar os homens e mulheres que seguem a inteligibilidade entre gênero, sexo e sexualidade da perspectiva da heterossexualidade.

⁵³ Ver RICH (2010).



humano/inumano e o normal/estranho. “O gênero é um constructo social que é formado ao longo do tempo através da reiteração de normas” (BERLANT e WARNER, 2002, p. 230). As normas são regidas pela heteronormatividade, que trabalha com o princípio da binaridade onde só pode existir uma coisa ou outra, ganhando o caráter de abjeto tudo aquilo que não se encaixa nesse padrão de fixidez. Sendo assim, “fazemos gênero o tempo inteiro, somos fazedores de gênero.” (BENTO, 2014)⁵⁴

Quando a população trans foge das normas determinadas pelo grupo hegemônico por causa da desarmonia entre sua performatividade de gênero e o seu sexo biológico, provoca atos repulsivos e de abjeção da/na sociedade, uma vez que estas/es sujeitas/os borram a concepção de gênero, que é uma questão central nas relações de poder e se tornou hoje um assunto de Estado.

A performatividade de gênero, seguindo como referência o prefácio de 1999 a *Gender Trouble*, parte de um processo construído temporalmente por meio de repetições e reificações, que muitas vezes passam despercebidas socialmente, imprimindo uma naturalização/essencialização do gênero para que normas possam ser reivindicadas como legítimas, permitindo que se instaure uma vigilância e punição a partir deste constructo social que determina binarismos que são perversos para quem foge da norma: certo/errado, legítimo/ilegal e normal/anormal. Temos então o que Butler denomina corpos abjetos:

[...] o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como "não importante". Para dar uma idéia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato frequente, como o é

⁵⁴ Em entrevista cedida a Diego Madi Dias e publicada no Caderno Pagu nº 43 Campinas July/Dec 2014.



o território daqueles identificados como 'casos' psiquiátricos. (BUTLER, 2002, s/p)⁵⁵

É a partir deste princípio de corpos abjetos, dentre tantos outros exemplos que sejam possíveis se encaixarem dentro deste conceito, que temos também a população trans⁵⁶ “[...] que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.” (BUTLER, 2000). Esta população ainda hoje luta por reconhecimento de direitos, pela despatologização da sua identidade de gênero, pela construção de sua história a partir de novos olhares (olhares trans) e enfim, por habitar a vida social enquanto sujeito/a autônomo/a e detentor/a da legitimidade de ser quem é.

Mas, afinal, o que é ser trans? O que é transidentidade? É importante conceituarmos essas categorias que têm ganhado notoriedade na mídia nos últimos tempos, para podermos dissipar estigmas e rótulos criados e percebermos quão diversa é a população trans que habita nossa sociedade. Temos referências escritas sobre travestis e transexuais (mesmo que não seja utilizando estas nomenclaturas) desde o Império Romano, onde ainda no século I d.C., o filósofo Filo faz referências aos eunucos⁵⁷.

Porém, como não é o objetivo deste trabalho historicizar as representações de pessoas trans nas publicações disponíveis ao longo dos séculos, apenas pontuaremos aqui, de forma breve, como a medicina passa a fazer uso da ciência para vigiar, normatizar e rotular as transgenidades como doença, da mesma maneira que fez com as orientações sexuais, por representar a primeira disciplina

⁵⁵ Entrevista concedida a duas pesquisadoras holandesas e traduzida e disponibilizada na Revista Estudos Feministas.

⁵⁶ Ao acionar a expressão “população trans” refiro-me a todas identidades que se encontram sob o termo guarda-chuva transgênero, conforme previsto na publicação de Jaqueline de Jesus “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos” (2012).

⁵⁷ Homens que se travestiam e viviam como mulheres, chegando até a se emascular e retirar o pênis e que eram designados a zelarem, sem riscos, os leitos das mulheres de seus senhores.



que tratou do assunto no século XX e era reconhecida como legítima para falar sobre a temática.

Em 1910, aparece pela primeira vez na literatura médica o termo transexualidade, no livro de Magnus Hirschfeld intitulado: *Die Tranvestiten*, que foi um famoso médico e sexólogo judeu-alemão, pioneiro na defesa dos direitos dos homossexuais em seu país e responsável por realizar a primeira cirurgia⁵⁸ de transgenitalização (com registro legal) na década de 1930.

Em 1947, John Money utiliza o termo gênero como um disciplinador para modificar o sexo dos neonatos intersexuais e justificar o uso de hormônios. No mesmo ano é inventado o protocolo de transexualidade por Harry Benjamin, que legitima a patologização das/os transexuais e transgêneros, bem como a criação da pílula financiada pela igreja católica (PRECIADO, 2010, p. 17).

Em 1949, Cauldwell publicou um estudo de caso de um transexual que queria se masculinizar em que evidenciava algumas características que viriam a ser consideradas como exclusivas das pessoas transexuais. Em 1973, John Money volta à cena e cria o termo “disforia de gênero” para definir transexualidade reforçando o caráter patologizante. E foi assim que se construiu o estigma que impacta na vida das pessoas trans enquanto seres doentes, tendo que lutar arduamente contra as instituições que fazem uso das relações de poder para as qualificarem e manterem o domínio sobre o discurso legítimo que a nomeiam.

Ao nos reportarmos ao termo trans nesta pesquisa, vale salientar que estamos pensando de forma ampliada, englobando várias identidades de gêneros desviantes,

⁵⁸ A história da primeira transexual operada que constam registros pode ser acessada através do romance publicado por David Ebershoff (*A Garota Dinamarquesa*) posteriormente transformado em filme.



que possuem em comum uma expressão de gênero que rompe com o sistema binário masculino/feminino, homem/mulher.

Da mesma maneira que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 09), não nascemos homens, tornamo-nos homens. A oferta dessas categorias sociais limitadas e fixas, que precisamos nos enquadrar em uma ou outra, impõe violências simbólicas para quem não se vê como uma possibilidade dentro deste cenário.

Sendo assim, ser trans está de acordo com a sua etimologia, que significa: além de, para além de, através. Então, interpretamos que transgênero é estar além de um sistema binário pautado no sexo genital, para além de ser homem ou mulher a partir de premissas da cisheteronormatividade, é se constituir sujeita/o através de discursos apropriados a seus desejos, suas subjetividades, seguindo uma não linearidade, atravessando normas reguladoras e castradoras.

As pessoas trans devem ser percebidas para além do corpo e do genital, não podem ser pensadas como um grupo homogêneo, pois são expressões de vivências diversas que se constituem a partir de contextos múltiplos e distintos, aproximando-se e se distanciando das categorias dadas (homem/mulher) como únicas referências para a performance dos gêneros, trazendo à tona problematizações, criando novas possibilidades de representações sociais, borrando as normas e fazendo-se perceberem como sujeitas/os que assim como todas as demais pessoas, são fruto de uma construção social.

As transidentidades (ou identidades trans) agrupam um mosaico de representações de gênero que vai para além do senso comum e de possíveis rótulos criados pela própria ciência, academia e movimentos sociais. Referimo-nos aqui, as diversas possibilidades da expressão de gênero que não se enquadram nas caixas fixas



criadas pela heteronormatividade, que não seguem o padrão cisgênero e que criam fissuras no que foi determinado como norma.

Então, ser trans é uma questão de autoidentificação e autonegação em que as pessoas não seguem uma coerência estabelecida pelo CISTema⁵⁹ entre sexo e gênero, mas que ao mesmo tempo não há um modelo ou um tipo que devem seguir ou se enquadrar. As pessoas trans podem ou não fazer uso de: cirurgias de transgenitalização; de hormônios; de performances de gênero adequadas à identidade a qual desejam serem reconhecidas; padrões de corpos aceitos; manter e fazer uso do genital com o qual nasceu para obter prazer sexual; acionar símbolos e representações apenas do “universo feminino” ou apenas do “universo masculino”, mas também fazer uso de referências destes dois universos mantendo-se no entre-lugar.

A trans feminina pode, por exemplo, ter pênis, ter pelos corporais, não implantar seios, ser pai e avô, relacionar-se afetiva e sexualmente com mulheres, bem como outras tantas possibilidades que possam remeter ao não ao enquadramento no universo feminino, porém essas características não a tornam mais ou menos mulher, mais ou menos trans, o que está em jogo aqui é a autonegação. Partindo deste pressuposto, compreendemos as identidades investidas pelas sujeitas trans desta pesquisa a partir de seus discursos.

Essa estratégia da autodesignação tem revelado uma multiplicidade de maneiras e possibilidades de ser trans para além do essencialismo que rege o CISTema binário do sexo e gênero. Porém, essa estratégia de autonegação é cercada por normas reguladas pelas pessoas que fazem parte do grupo e pelas instituições sociais e

⁵⁹ Esse neologismo foi criado pelo movimento social e estudos trans fazendo uma fusão entre a expressão cisgênero e sistema que se relaciona diretamente com a cisheteronormatividade, determinando como única possibilidade o binarismo de gênero e sexo.



sociedade, acarretando assim em novos padrões que irá legitimar ou deslegitimar os pertencimentos.

Os estudos *queer* defendem a não rotulação, porém vivemos em uma sociedade composta por “sistemas de significação e representação cultural” (HALL, 2006, p. 13) que exige a nomeação, que se faz necessário os signos, significados e significantes da semiótica para existir nesta sociedade do discurso. Para requerer direitos, a pessoa precisa se posicionar e se nomear, então acabam por caminhar nessa corda-bamba dos processos identitários em que nega o essencialismo do ponto de vista biológico, mas recai no essencialismo das identidades ao se autoneamar.

Não devemos abrir mão dos avanços intelectuais do pós-estruturalismo e dos estudos de transgeneridade retrocedendo a um discurso transexual essencialista. Mas precisamos reconhecer a especificidade da transexualidade no nível da prática social, e sua conexão contínua com uma problemática que é muito diferente de uma problemática da identidade. (CONNELL, 2016, p. 236).

Os estudos e movimentos sociais têm evitado estabelecer características fixas do que é ser trans a partir do sistema simbólico limitado acessível, por recair na armadilha essencializadora, rotulando quem é trans e quem não é por meio de elementos elencados para legitimar essa identidade tão complexa e diversa, como se existisse um modelo que representasse a “trans verdadeira”, como fez o endocrinologista alemão Harry Benjamin em 1954, que universalizou um padrão para o reconhecimento das pessoas trans através do protocolo de transexualidade que criou.

Não cabe aqui pensar a/o sujeita/o trans a partir da biogenética e da psiquiatria porque não se trata de uma doença nem biológica, nem genética e muito menos mental, mas, sim, como todo processo identitário, partimos de um pressuposto de



uma construção social em que não buscamos origens e materialidades. Interessamos saber como as relações de poder estabelecem os contornos e limites do que está dentro ou fora de determinada categoria.

Para além do nascer trans, temos que pensar como a/o sujeita/o trans se constituiu em um mundo sem referências, sem história, sem legitimidade e sem representatividade. É nesse mundo invisível que as primeiras pessoas trans tiveram que se sujeitar as nomeações a partir da percepção do outro (hetero-identidade de Cuche), que os/as tornaram marginais por não se enquadrarem dentro dos parâmetros de “normalidade”.

Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um continuum de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas, que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem o reconhecimento. (BUTLER, 2018, p. 17).

A partir do acesso a informação, aos espaços políticos e da construção de discursos científicos contrários ao essencialismo, ocorre o empoderamento das pessoas trans, que passam a disputar o protagonismo dentro das relações de poder e revelam novas possibilidades de discursos, de corpos, de histórias e de dissidências das dissidências. Hoje, podemos ver interseccionalidades identitárias jamais pensadas pelo sistema heteronormativo.

E assim como ocorre com a identidade de gênero, temos o corpo como um dos espaços que é mais vigiado e gera grandes embates sociopolíticos e teóricos, tendo de um lado uma perspectiva disciplinar e de controle, enquanto do outro lado temos



aquelas pessoas que apresentam a multiplicidade de possibilidades que podem ocorrer neste espaço compreendido como território.

Diásporas: Mobilidades da Crise

Discutir diáspora não é uma tarefa de fácil apreensão devido ao seu caráter multifacetado, em que há muitas possibilidades de compreensão e uso, seja por quem as vivencia ou quem estuda este fenômeno. Faremos aqui um recorte para pensar as diásporas a partir dos novos estudos diaspóricos trazendo para o diálogo, sempre que necessário, o conceito clássico de diáspora que foi desenvolvido com referência na dispersão dos judeus exilados (586 a.C.) e da diáspora africana (Séc. XIX), uma vez que não são excludentes, mas que possuem contextos históricos distintos de causas e efeitos.

Considerar a diáspora como a dispersão de povos em situações de crise nos diversos campos (identitário, cultural, político, econômico e natural), que geram novas situações de crise, mas também de solidariedade, nos países e cidades de destino, resume de maneira genérica este conceito. Mas, não há um único modelo de diáspora, existem diásporas diversas e que se faz necessário compreendê-las situacionalmente para perceber suas particularidades, porém, não podemos negar que há muitas características que se repetem em cada uma delas e são essas semelhanças que irão desenhar nosso roteiro de estudos.

A origem dos estudos diaspóricos de forma sistematizada está ligada ao tráfico dos povos escravizados na África com destino as Américas, tendo início em 1896, com a publicação de *The suppression of the slave trade to the United States* de W. E. B. Du Bois. E assim seguiram os estudos diaspóricos sendo capitaneados por



pesquisadores negros que queriam apresentar uma perspectiva que combatesse a versão “branca” da história africana e diáspora.

Ao longo do século XX, aconteceram alguns fatos representativos voltados para visibilizar a história africana, tais como: *Journal of negro history* (1916) fundado por Carter G. Woodson, que era o único periódico acadêmico dedicado exclusivamente a pesquisar a diáspora africana; a Universidade Howard que ministrava cursos, desde 1920, sobre o negro nas civilizações antigas e o negro na civilização moderna e ajudou a institucionalizar o campo da história da diáspora africana; O estudo de Philip Curtin (1969), *The Atlantic slave trade: a census*, que se propunha a dar uma estimativa aproximada do número de africanos escravizados que foram para as Américas (PEREIRA, 2016, p. 74-75).

Como representação deste movimento na contemporaneidade, temos Paul Gilroy e sua obra “Atlântico Negro” (2001) que apresenta a desterritorialização da cultura, contrariando a ideia de purezas das culturas e das etnias em diálogo com a modernidade.

O Atlântico Negro traz uma reflexão importante sobre as estruturas transnacionais da modernidade que são quebradas e desconstruídas através da análise crítica sobre a cultura nacional, as fronteiras fixas e a homogeneidade das identidades, que localiza o mundo do Atlântico Negro em uma rede de entrelaçamento do local com o global. Pelo viés da crítica literária, temos uma autora cubana (Aimee Bolaños) que segue uma percepção que se aproxima do pensamento de Gilroy, conforme podemos ver na citação a seguir:

Diáspora é um conceito altamente expressivo da mobilidade de nossa época, aberto aos sentidos cambiantes do tempo humano. Assumido o conceito na fluidez, porosidade e abrangência de seus conteúdos, constitui um verdadeiro manto inclusivo, por vezes também transgressivo, dos variados termos sobre migração e exílio



que têm circulado historicamente. [...] De uma noção fechada de diáspora, referida à nação territorializada, a teoria passa a um conceito dinâmico, vinculado ao de nação deslocada, nação viajante, transnação. (BOLAÑOS, 2012, p. 90).

Grande parte das contribuições teóricas a respeito da diáspora é proveniente de pesquisadoras/es diáspóricos/as que decidem trazer para academia uma discussão mais aprofundada deste fenômeno, apresentando um “olhar comprometido”, que é interpretado de forma ambivalente pelas/os críticas/os. Temos de um lado o “comprometimento” compreendido como uma ideia prejudicada/danificada alegando a falta de neutralidade sobre o assunto, uma vez que o/a pesquisador/a também é um/a sujeito/a da pesquisa.

E do outro lado, há quem considere o oposto, ressaltando a relevância dessas/es teóricas/os justamente por sua condição de sujeita/o diaspórica/o, compreendendo o “comprometimento” como sinônimo de compromisso e empenho em relação à temática, justamente por terem um olhar privilegiado e crítico sobre a diáspora.

Estando de acordo com a segunda alternativa, veremos como essas/es sujeitas/os e pesquisadoras/es diaspóricas/os desenvolveram suas teorias para conceituar diáspora. Apesar de não serem consensuais, servirão para nos fazer refletir sobre perspectivas diferentes que se complementam, se opõem, se interconectam e nos dão lastro para seguir novos caminhos e contribuir para enriquecimento deste conceito.

Dois autores (Safran e Cohen) se destacaram nos estudos diaspóricos contemporâneos por trazerem um enumerado de características que permitem identificar as comunidades que se encaixam no perfil da diáspora. William Safran publica em 1991 o artigo “*Diaspora in Modern Societies: Myths of Homeland and Return*” em que apresenta uma lista de características da diáspora, tais como: a dispersão que tem como base um centro de onde partem as pessoas para espaços



periféricos, abordam a memória coletiva em relação a terra natal, discutem a não aceitação pela sociedade anfitriã, dentre outras características que vão apontar e desenvolver neste texto (SAFRAN, 1991 p. 83-84).

Safran (1991) e Cohen (1999) partem da premissa de que uma diáspora deve constituir uma dispersão que tenha início em uma terra natal e que o grupo em movimento se desloque para duas ou mais regiões estrangeiras, demonstrando desta maneira a importância do estado-nação como referência para este tipo de mobilidade.

Há uma publicação de Cohen (2008) intitulado “*Sólidas, Dúcteis e Líquidas: noções em mutação de ‘lar’ e ‘terra natal’ nos estudos da diáspora*” em que o autor discorre sobre os embates teóricos sobre a relação entre diáspora e terra natal, demonstrando que com a entrada dos construcionistas (pós-modernos) na discussão sobre o tema, foram criadas três versões de terra natal: “as quais denomino de *sólida* (a necessidade inquestionável da terra natal), *dúctil* (uma ideia intermediária, mais complexa, da terra natal) e *líquida* (uma interpretação pós-moderna do lar virtual)” (COHEN, 2008 p. 522, grifo do autor).

O autor critica a maneira como as/os autoras/es construcionistas abordam a temática, tendo em vista que os pós-modernos têm o propósito de desconstruir dois dos elementos fundamentais da diáspora, que, segundo ele, é o lar/terra natal e a comunidade étnico-religiosa, sob o pretexto de que “no mundo pós-moderno, as identidades foram desterritorializadas e afirmadas de modo flexível e situacional” (COHEN, 2008, p. 520).

Porém, consideramos que estas novas reflexões trouxeram como fator positivo pensar a terra natal por diferentes prismas. A estas novas dinâmicas diaspóricas que se encaixam no perfil de liquidez ele denomina de diáspora desterritorializada.



Proponho que adotemos a expressão “diáspora desterritorializada” para incluir as feições de uma série de experiências diaspóricas incomuns. Nesses exemplos, supõe-se que os grupos étnicos perderam os pontos convencionais de referência territorial, tornando-se, de fato, culturas móveis e multilocalizadas com lares virtuais ou incertos. (COHEN, 2008, p. 527).

Nesse tipo de diáspora, Cohen considera que há grupos que não possuem pontos de referência territorial fixos, pois são constituídos por culturas móveis e lares virtuais de pertencimento múltiplos, como é o caso dos povos errantes, tais como os ciganos. Ele traz em seu artigo inclusive o termo “lar líquido” para caracterizar a fluidez desses povos que historicamente e culturalmente não possuem uma única referência de terra natal. Citando os povos caribenhos como expressão legítima desse tipo de diáspora.

“A utilização da cor da pele, em muitas sociedades, como símbolo de status, poder e oportunidade, torna impossível a qualquer pessoa de descendência africana evitar a estigmatização racial” (COHEN, 2008, p. 527-528). Neste caso, ele apresenta uma característica peculiar dos povos caribenhos e outros povos negros, que a partir de um marcador étnico (a cor da pele) a hereditariedade impactará várias gerações, pois é uma característica que não tem como se desprender e ocultar por ser um fator genético visível.

Diferentemente de aspectos culturais que podem ser mutáveis ou omitidos, a cor da pele é notória e carrega em si um estigma socialmente construído, sendo assim, mesmo os descendentes destes povos que nascem no país anfitrião sofrem deste estigma, só pelo fato de apresentarem esta característica que lhe marcam e lhe conectam a uma memória coletiva e uma terra natal que, em muitos casos, desconhecem e não possuem nenhuma ligação direta.



Falando de povos caribenhos, não há como deixarmos de fora do diálogo um dos mais citados teóricos sobre o assunto, o jamaicano Stuart Hall, que migrou para Inglaterra em 1951 para estudar literatura e por lá se estabeleceu e desenvolveu sua promissora carreira.

Em sua obra intitulada *“Da Diáspora: identidades e mediações culturais”* (2003), o autor apresenta a ideia de diáspora a partir de sua própria experiência, em que a biografia de Hall e sua obra se mesclam para discorrer sobre as construções identitárias deslocadas, múltiplas e hifenizadas que os povos caribenhos vivenciam.

O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém, as configurações sincretizadas da identidade cultural caribenha requerem a noção derridiana de *differánce* - uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial a cultura. (HALL, 2003, p. 33, grifo do autor).

Neste fragmento do texto, Hall apresenta a peculiaridade dos povos caribenhos, que se inserem na perspectiva da diáspora desterritorializada de Cohen em que as fronteiras não são espaços de separação, mas sim de atravessamento, onde ocorrem as trocas, negociações, cruzamentos e hibridismos (BHABHA, 2007; CANCLINI, 2006) por meio de um processo relacional e situacional em um contexto fluido (BAUMAN, 2013).

Hall ainda descreve a cultura caribenha como sendo portadora de uma estética diaspórica por conta da sua constituição impura (no sentido de ser uma sociedade formada pela mistura de diversos povos), o que nos leva a questionar se ainda há sociedades puras, ou se realmente algum dia existiu. Seguindo esta mesma linha de



raciocínio, temos o conceito de espaço de diáspora cunhado por outra estudiosa pós-colonial Brah:

«Espaço da diáspora», como o lugar dessa imanência. O espaço da diáspora é a interseccionalidade da diáspora, fronteira e localização ou deslocamento como ponto de confluência de processos econômicos, políticos, culturais e psíquicos. Ele afirma que a condição global de cultura, economia e política é um lugar de "migração" e "viagem", o que causa sérios problemas à posição subjetiva do "nativo". (BRAH, 2011, p. 212, tradução nossa).

Para Avtar Brah, diáspora é um conceito abrangente que é formado por um espaço de intersecção que se faz necessário analisar os aspectos culturais, políticos, econômicos e psíquicos, tornando cada experiência diaspórica única, constituindo um espaço que tem em si o próprio início e fim em um processo relacional que necessita compreender não só quem migra, mas também os autóctones.

A autora trabalha com a perspectiva de multilocalização a partir de fronteiras fluidas que se movimentam por meio de construções sociais, sejam elas geográficas, culturais e/ou psíquicas, uma vez que considera que as fronteiras são metáforas construídas através das relações de poder (BRAH, 2011).

Poderíamos dizer que este espaço de diáspora de Brah se aproxima do conceito de entre-lugar de Bhabha, que é um local intersticial onde ocorre “a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [*nationnes*], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados” (BHABHA, 2007, p. 20).

Sobre a questão de lar e terra natal, Brah traz uma reflexão distinta das ideias de Safran e Cohen apresentada no início desta seção. Para ela, toda dispersão prevê um *locus* originário, mas nem sempre há o desejo de retorno a este “lar” que condiciona estar na terra natal, até porque a construção do conceito de lar também é flexível,



existindo a possibilidade de um/a sujeito/a ter o sentimento de pertencimento a vários espaços como representativo do seu lar. Na introdução do seu livro ela se coloca como exemplo da/o sujeita/o diaspórica/o que vive essa dificuldade de pertencimento:

Assim, as questões relacionadas à casa, pertença e identidade sempre foram muito controversas para pessoas como eu. Mas, como será visto com mais clareza [...], essa não é uma questão resolvida - se é que alguma vez foi - nem mesmo para aqueles que se consideram seguros com relação ao próprio sentimento de pertencimento. (BRAH, 2011, p. 24, tradução nossa).

Em entrevista concedida a Kuan-Hsing Chen, Hall também compartilha dessa dificuldade do pertencimento entre Inglaterra e Jamaica, dizendo que conhece bem os dois lugares, mas não se sente pertencente a nenhum deles (HALL, 2003, p. 415).

Ele trabalha também com a perspectiva de que “na situação da diáspora as identidades se tornam múltiplas” (HALL, 2003, p. 27), tendo em vista os múltiplos pertencimentos das pessoas que vivenciam esta experiência e passam por conflitos do reconhecer e ser reconhecido por uma identidade específica, sendo assim, os significados de “ser caribenha/o”, por exemplo, ganha significados diferentes a partir da subjetividade de quem constrói essa categoria, pois perpassam aspectos históricos, culturais, políticos e relacionais.

Tal subjetividade pressupõe certas características, tais como: o estar sempre em trânsito; estar sem base, desenraizado; partilhar relações rizomáticas; ter a marginalidade como traço fundamental; ser estrangeiro; estar em parte alguma; e o eterno jogo entre o pertencimento e o não pertencimento. (SANTOS, F., 2016, p. 01).

Temos ainda o conceito de Diáspora *Queer*, que apesar de pouco difundido, é uma ideia que contribui para compreendermos o que chamaremos aqui de Diáspora



Trans⁶⁰, pois se constitui perante as “complexidades das formas de pertencimento pós-modernas e pós-coloniais através de suas intervenções em questões de tempo, espaço, identidade e incorporação” (FORTIER, 2002, s/p, tradução nossa).

A partir desta perspectiva, a autora problematiza a fluidez e hibridismos das identidades sexuais em contraste com os processos migratórios, demonstrando como “a diáspora é posta em funcionamento, a forma como é mobilizada na definição de uma cultura *queer* transnacional e de uma ‘comunidade’” (FORTIER, 2002, s/p, tradução nossa).

Em primeiro lugar, as 'diásporas queer' fazem parte do aumento da circulação do que eu chamo de *horizontes diaspóricos*, isto é, a projeção, neste caso, dos pertences e da cultura queer, dentro de um horizonte espaço-temporal definido em termos de multilocalidade, diversidade cultural, dispersão e conflito. Mais precisamente, a exploração das formas em que a diáspora é posta a funcionar em narrativas de identidades e culturas coletivas indica a importância de considerar a diáspora não como um fato consumado, mas, sim, como um processo, como um conceito que é mobilizado para produzir vestígios imaginados de pertencimento. (FORTIER, 2002, s/p, tradução nossa).

Captar a ideia de diáspora como um processo em movimento e inacabado, em diálogo direto com as identidades que seguem essa mesma perspectiva, além de ambos (diáspora e identidades) fazerem parte de um contexto multifacetado, diverso e conflituoso, nos leva a rever que tipo de identidade coletiva integra estes processos migratórios.

Não há padrões e localidades pré-definidos, tudo está em movimento e inacabado, então, essas identidades coletivas passam a ser borradas, sem uma forma única e com vários caminhos possíveis para o pertencimento. Diante de todas essas

⁶⁰ Veremos esse conceito na próxima seção.



possibilidades de interpretar a diáspora, iremos delinear o conceito de Diáspora Trans, dialogando com esses conceitos e apresentando uma nova perspectiva para os estudos diaspóricos.

A ambivalência da Diáspora Trans

A parte empírica desta pesquisa nos levou ao conhecimento de que há casos de resistência por parte de algumas sujeitas trans⁶¹ quanto à mobilidade espaço-temporal, que estão relacionados em grande parte, a uma ou mais destas condições: a aceitação familiar de sua identidade trans, possuírem boas condições socioeconômicas, ter passibilidade⁶² e um bom grau de instrução, garantindo assim, sua permanência na cidade de origem com um menor grau de abjeção e sabendo lidar e argumentar perante as situações de conflito.

Enquanto que, na perspectiva oposta, temos também as trans que não migram da sua cidade de origem por não possuírem condições financeiras, têm baixo grau de escolaridade e aceitação (ou não) da sua identidade trans por parte da família, mas, que criam estratégias de sobrevivência para lidar com as violências sofridas na

⁶¹ Esta pesquisa teve como recorte de análise mulheres trans e travestis que a princípio estavam residindo em Aracaju – SE, mas não se limitou a este espaço, tendo em vista a aplicação do método “bola de neve” em que cada entrevistada indicava uma possível nova colaboradora, o que nos fez acessar pessoas de diversas regiões e algumas delas que estavam residindo na Europa.

⁶² Ter passibilidade está relacionado à construção da imagem da/o sujeita/o que mais se aproxima da construção da mulher e do homem cis, ou seja, que mais se aproxima da referência padrão do que é feminino (para as mulheres trans e travestis) e do masculino (para os homens trans). Ser passível para uma pessoa trans é ser lida como homem ou mulher cis na sociedade, o que lhe acarreta um menor grau de abjeção. É uma expressão que tem sido rejeitada por parte da população trans, por considerar que a interpretação por vezes pode se tornar depreciativa, uma vez que as pessoas trans não querem se passar por homem ou mulher, elas acionam signos do universo construído como feminino e masculino da mesma maneira que as pessoas cis durante a construção de sua identidade de gênero. Então não se trata de se passar por, mas sim, ser.



sociedade e tornam-se corpos políticos de resistência, muitas vezes de forma inconsciente. Elas têm um papel importante na sociedade onde vivem, pois trazem à tona a discussão sobre transgeneridade, de forma positiva ou negativa, colocando em pauta que existe algo para além do binário.

O fato de existirem mulheres trans e travestis que não migram espaço-temporalmente de forma transnacional, não inviabiliza a hipótese de que toda sujeita trans é uma sujeita diaspórica, tendo em vista que mesmo assim elas são migrantes ou vivem no entre-lugar do gênero. Não havendo a transposição das fronteiras geográficas de caráter transnacional ainda há uma transposição das fronteiras simbólicas do gênero, considerando-se que as identidades de gênero são construções sociais, portanto, não são fixas.

E quando nos referimos à diáspora trans, levamos em consideração a transposição das fronteiras que a população trans realiza durante a sua (des)reconstrução identitária, que está relacionada aos dois casos: as fronteiras do gênero e as fronteiras geográficas, ocorrendo as duas ou apenas uma delas. Partimos do pressuposto que para ser trans o indivíduo precisa transacionar as fronteiras do gênero, e o faz acionando o simbólico cultural que tem disponível para deslizar no campo dos pertencimentos, criando este “espaço de diáspora” (BRAH, 2011).

A invisibilidade da população trans brasileira ainda é um fato, considerando que só são percebidas tomando como referência os estereótipos negativos, saindo da invisibilidade social para serem patologizadas, criminalizadas, ridicularizadas e assassinadas⁶³. Esse contexto discriminatório que compõe a experiência das pessoas

⁶³ “Segundo uma pesquisa da organização não governamental ‘Transgender Europe’ (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, o Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país” (ONU BRASIL, s/d). Sabendo-se que existem muitos casos não noticiados, ou identificando as trans como homem homossexual (no caso de trans femininas) e ,



trans no Brasil, provocou a busca por estratégias para acessar e visibilizar representações positivas a respeito do universo trans.

Através das redes sociais, as trans⁶⁴ se deparam com histórias de vida de outras pessoas trans que se revelam como referências emblemáticas, apresentando novas possibilidades de ser e se estabelecer na vida social, servindo como exemplos de: ascensão financeira, mobilidade social, empoderamento político, novas identidades, conquista de direitos, um novo olhar sobre a sexualidade e o gênero, representatividades, dentre tantas outras possibilidades de representação que foram e são ocultadas pelos discursos hegemônicos.

Segundo Foucault (2013), os discursos hegemônicos se legitimaram e invisibilizaram os demais, utilizaram procedimentos de exclusão externos ao discurso (Interdição; a Separação; e a Vontade de Verdade) que limitam os poderes de discurso, aliados ao controle da produção (Comentários; Autor/a; e Disciplinas), que são os procedimentos de exclusão internos que promovem a difusão aleatória de forma controlada e que delimita quem e em qual espaço pode falar, levando-se em conta a legitimidade da/o sujeita/o perante tal disciplina.

Somando-se aos procedimentos de exclusão internos e externos ao discurso, Foucault também apresenta os procedimentos de controle, referindo-se aos mecanismos e estruturas de impedimento em relação ao acesso ao discurso por parte de todas/os. Foi o romper destas barreiras que permitiu a construção de um/a novo/a sujeito/a trans. Muitas destas histórias apresentam em seus discursos

desconsiderando a identidade de gênero das trans. Portanto, esses números demonstrados ainda não correspondem à realidade.

⁶⁴ Para saber mais sobre as configurações das redes reveladas pela pesquisa, ler a seção 7 que apresenta os dados empíricos da Tese relativos as redes de prostituição e redes das drogas em que estavam inseridas muitas das entrevistadas.



aspectos que estão relacionados à mobilidade geográfica, além, das oportunidades que se alcançam nos grandes centros urbanos e

[...] aponta para o surgimento do que temos chamado de sujeito diaspórico, indivíduo em trânsito, cuja identidade é acompanhada por sensações de não pertencimento e desterritorialização, ou de um pertencimento transnacional. De modo geral, é possível afirmar que, devido a sua condição de vida intervalar e híbrida, esse novo sujeito configura sua identidade num fluxo constante de negociação — um processo de trânsito identitário contínuo; e, ao oscilar entre a vontade de manutenção das raízes culturais de seu grupo de origem e a necessidade de integrar-se ao(s) novo(s) espaço(s), a sua identidade adquire um caráter múltiplo, muitas vezes conflituoso. (PEREIRA, 2016, p. 85).

Apesar da pesquisa empírica ter se debruçado sobre mulheres trans e travestis, podemos generalizar o conceito de diáspora trans para toda população trans, uma vez que interpretamos as pessoas trans, como sujeitas/os diaspóricas/os, que apesar de muitas delas buscarem ter uma identidade de gênero que se encaixe no sistema binário, rompem com padrões e normas pré-estabelecidas pela heteronormatividade, tornando-o/a um/a sujeito/a em trânsito no que consiste este território de fronteiras vacilantes que é o gênero. Ainda assim, há pessoas trans que reivindicam o seu direito de estar no entre-lugar, não assumindo nenhum dos dois rótulos (masculino e feminino), o que por si só reafirma se tratar de um ser em trânsito.

À medida que as pessoas trans iniciam sua transição, dá origem à hibridização das identidades masculina e feminina, negociando formas, performances, discursos e direitos, usando seu corpo-território como um espaço político para revelar novas possibilidades de ser e existir, demonstrando que o masculino e o feminino são construções sociais, e sendo assim, é possível recriá-lo, modificá-lo. É importante salientar que a transição não é individual, mas sim, coletiva, pois toda a família, ciclo de amizades e a sociedade em geral precisa transicionar junto, quando não acontece



temos como resultado as violências. “Eu comecei a problematizar gênero creio que tinha meus 23 anos, e não foi bem recebido por ninguém de minha família, fui convidada a sair do trabalho quando comecei a transição e foi quando tive que ir trabalhar na rua.” (ENTREVISTADA 7)⁶⁵

Aliado à transgressão do CISTema praticado pelas pessoas trans, temos também os processos diaspóricos espaço-temporais provenientes da “crise de identidade” (HALL, 2003) que é gerada nesse confronto, levando as mulheres trans e travestis a buscarem em novas terras, muitas vezes além-mar, o acolhimento, reconhecimento, respeito e oportunidade de vivenciarem a sua feminilidade.

Insisto em afirmar que ser móvel faz parte da construção e reafirmação da identidade da travesti brasileira. Mesmo com riscos, pois o risco faz parte da própria condição de afirmação delas mesmas enquanto trans, no gênero e no trabalho. [...] A própria mobilidade é também uma estratégia, um “truque” das travestis para se manterem protegidas, pois, de acordo com o trabalho que muitas delas realizam – a prostituição – algumas se envolvem em situações de marginalidade e desenvolvem rivalidade com outras travestis, principalmente quando estão em *trottoir*, o que gera repressão à sua pessoa, já estigmatizadas pela condição de gênero. (PATRICIO, 2008, p. 42-43).

A diáspora provocada por esta crise identitária, possibilita o contato com outras pessoas trans, assim como, o acesso aos espaços criados para a socialização e entretenimento da população LGBTQIA+, que geralmente estão localizados nos grandes centros. O fato de estar distante da sua cidade de origem também oportuniza que a sujeita trans crie uma nova história (recrie seu passado para a nova rede de contatos) e possa apresentar a imagem pública que desejar nos espaços de anonimidade que uma cidade nova oferece.

⁶⁵ As entrevistadas foram identificadas por números para preservar suas identidades.



Um dos fatores mais representativos do processo migratório e diaspórico é a busca da “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), representada por uma construção simbólica supervalorizada tanto das metrópoles quanto das comunidades LGBTQIA+.

A dupla migração (de gênero e espaço-temporal) que analisamos aqui, através da Diáspora Trans, nos apresenta as redes como fundante dos processos migratórios, sejam elas constituídas em espaços de prostituição, nos movimentos sociais, nos espaços sociais LGBTQIA+ e/ou até mesmo na vida cotidiana, ao se deparar com uma pessoa trans que possa se identificar e criar laços.

Elas são as vias de acesso para consolidação da transposição de barreiras físicas e simbólicas, que através de processos de desterritorialização e reterritorialização promovem a dinâmica do movimento em torno da transgeneridade. As redes agem como rizomas, crescendo a partir de diversos pontos simultaneamente e se unem formando uma trama densa de interligações, que em outro processo metafórico podemos compreender como tecido social.

Trazendo como exemplo a prostituição, existe uma rede constituída em todo Brasil que torna seu fluxo dinâmico devido à diáspora trans, que é impulsionada por uma estratégia de mercado, pois na prestação de serviços a novidade atrai clientes. Dessa forma, mulheres trans e travestis que estão inseridas no contexto da prostituição adotam esta estratégia e circulam pelo Brasil e Europa para oferecer seus serviços em novas praças. E esta circulação promove a troca de contatos entre elas sobre as cafetinas e características de cada cidade, porém, também desperta disputas territoriais que reverbera em conflitos e violências.

Nestes casos é importante a pessoa integrar uma rede administrada por uma cafetina que seja respeitada na cidade, protegendo-se destas situações. A



prostituição de rua é um mercado que exige que esteja inserida/o em uma rede, que faça parte de um grupo, não havendo possibilidade de sobreviver de forma isolada, porque há um alto grau de periculosidade que só é amenizada pelos vínculos que se constituem ao integrar as casas das cafetinas.

Bom, meu anjo, as casas de cafetinas são o seguinte, tem umas que tem regras, outras não tem, entendeu? Tem umas que você pode fazer umas coisas, outras você não pode fazer. Nas que eu fiquei era tudo regrado, você pagava a diária por semana... se você quiser dormir você pagava um pouquinho mais, mas tinha comida certa. Eu morei numa casa em São Paulo que até o copo de água se eu derrubasse no chão, um pinguinho de água, você tinha que pagar. Então assim, é muito, muito, muito, muito doloroso, naquela época. Hoje em dia, não, as cafetinas... algumas, não todas... algumas viram até amigas. Então assim, elas tratam você como filha de verdade, e antigamente, não... você valia pelo que você ganhava, o lucro que você dava pra casa. (ENTREVISTADA 13)

Para além destas pessoas que se percebem trans ainda em seu local de origem, foi possível perceber que em alguns casos, as pessoas só se enxergam e se identificam como trans após sua migração ter acontecido por outro motivo qualquer, não sendo neste caso um fator que impulsiona a pessoa a migrar (como acontece com a maioria das mulheres trans e travestis), mas, sim, uma consequência do processo migratório. Isto acontece porque no “espaço de diáspora” (BRAH, 2011) é possível o contato com uma nova cultura e novas/os sujeitas/os, levando o indivíduo diaspórico a um processo relacional e situacional, do encontro entre “a/o estabelecida/o e a/o outsider” (ELIAS, 2000) onde se dá a construção identitária, que neste caso é o reconhecimento da identidade trans.

[...] Migrar não foi importante só nesse processo de trabalho, migrar foi importante pra ser, talvez pra um autoconhecimento e aí ter uma maturidade maior, do que eu quero, do que eu sou e de alguma forma também foi importante nesse sentido de construção de mim. [...] Lá eu já sabia quem eu era, mas de alguma forma, o contexto de silenciamento, de apagamento, de opressão... eu não sei até que ponto me permitiria ser quem realmente sou em toda sua



totalidade. Então, migrar me ajudou muito nisso. (ENTREVISTADA 3)

Desta maneira percebemos a fluidez da identidade e sua interdependência na produção do pertencimento e da alteridade, reconhecendo assim, o caráter de identidade inacabada (ENNES 2001; 2016). Eis então que essa sujeita diaspórica (a sujeita trans) constitui a diáspora trans, que pode ser interpretada como uma diáspora desterritorializada, pois é detentora de fronteiras fluidas, que através das relações de poder provoca deslocamentos e trânsitos constantes entre as fronteiras identitárias (culturais e psíquicas) e as fronteiras geográficas, sendo consideradas como elementos metafóricos constituídos socialmente (BRAH 1998; HALL 2003; COHEN 2008; BOLAÑOS 2012).

Na diáspora trans, temos de forma clara uma multilocalização nos dois aspectos, tanto geográfico quanto de gênero, onde são reveladas as dificuldades de pertencimento a uma única identidade, assim como foi dito por Brah e Hall, por causa dos múltiplos pertencimentos das/os sujeitas/os diaspóricas/os que passam por conflitos internos e externos para se encaixarem em uma identidade específica, desta maneira, “ser mulher trans/travesti”, por exemplo, ganha interpretações distintas a partir da subjetividade de quem (pessoa cis ou trans) constrói esta categoria, pois perpassam aspectos históricos, culturais, políticos e relacionais.

Esta construção se dá de forma situacional e relacional sempre, então a própria categorização é multilocalizada e fluida. É nesta teia de interdependência que existe entre a/o outra/o e o eu que as construções das identidades ganham notoriedade e materialidade, sendo o espaço de diáspora a arena das negociações, que geralmente acontecem em clima de tensão e disputa, com base nas relações de poder que estão em jogo.



Desnaturalizar a ideia de fronteiras geográficas e fronteiras do gênero e compreendê-las como construções socioculturais, econômicas, políticas e históricas é um dos objetivos deste estudo. Podemos afirmar a condição diaspórica da população trans porque tem um percentual representativo de pessoas vivendo em outras cidades, e em relação ao gênero, temos **a totalidade** da população trans que estão por transpor ou já transpuseram as fronteiras do gênero.

Apesar do controle das fronteiras (tanto geográficas quanto de gênero), os fluxos diaspóricos são facilitados por conta do desenvolvimento tecnológico que possibilita o acesso à informação através da internet, assim como, aos meios de transporte, que possibilita integrar as redes migratórias.

Hoje em dia, é mais fácil manter contato com as trans que já migraram através das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas on-line, para ter as informações necessárias para realizar a diáspora e para negociar o apoio financeiro que viabiliza a viagem e estadia. Também estão mais acessíveis as informações e as tecnologias de mudança corporal (hormônios, cirurgias, profissionais legais e ilegais, produtos estéticos, acessórios e etc.).

Podemos dizer que a diáspora trans tem sido facilitada pela globalização e os avanços tecnológicos nas áreas de: transportes, fármaco, cirúrgicas, estéticas e digitais, assim como, no campo dos estudos de gênero e sexualidade, estudos *queer* e processos identitários, que provocaram reconfigurações das relações de poder da população trans com a sociedade e as estruturas, possibilitando o reposicionamento deste segmento social antes marginalizado e subalternizado. Somando-se a este contexto, temos as produções de audiovisual que visibilizam e problematizam os processos identitários de pessoas trans.



A diáspora trans aqui explicitada, toma como perspectiva a interseção entre as categorias de (i)migrante e transgênero a partir do fenômeno da diáspora vivenciada pelas mulheres trans e travestis brasileira, considerando que desvendar as estratégias que adotam para lidar com as alteridades que emergem durante a (des)reconstrução de suas identidades e os processos migratórios é de extrema importância para compreender estas sujeitas que estão em trânsito constante, seja geograficamente ou identitariamente.

A mudança de sexo e a migração são as duas práticas de travessia que, ao questionarem a arquitetura política e legal do colonialismo patriarcal, da diferença sexual e do Estado-nação, situam um corpo humano vivo nos limites da cidadania e até do que entendemos por humanidade. O que caracteriza as duas viagens, para além do deslocamento geográfico, linguístico ou corporal, é a transformação radical não apenas do viajante, mas também da comunidade humana que o acolhe ou rejeita. O antigo regime (político, sexual, ecológico) criminaliza toda prática de travessia. Mas onde a travessia é possível começa a ser traçado o mapa de uma nova sociedade, com novas formas de produção e de reprodução da vida. (PRECIADO, 2019 p. 29, tradução nossa).

Essa citação do livro “Um apartamento em Urano - crônicas del cruce” lançado em 2019, de Paul Beatriz Preciado (teórico trans), sintetiza e endossa a diáspora trans com propriedade e maestria, assim como representa a interseção entre a xenofobia e o patriarcado. Os sistemas normativos, sejam eles relacionados aos processos migratórios espaço-temporal ou de gênero, estão sendo questionados e repensados a todo o momento, porque a mobilidade gera alteridade e é neste confronto das diferenças que vislumbramos a novidade, a desconstrução e a esperança de cenários mais habitáveis para a diversidade.

A diáspora trans representa estas mobilidades da crise, que se constrói pelo movimento dentro dos territórios do gênero e das fronteiras geográficas, possibilitando enxergar a diáspora para além de uma dispersão transnacionais de um determinado grupo vinculado ao conceito de nação. Estamos falando aqui de



uma nova possibilidade de interpretação do conceito, uma configuração diaspórica do seu próprio sentido, que retrata a crise da norma de gênero estabelecida a partir da construção identitária da população trans, provocando movimentos inacabados em muitos sentidos e direções.

Considerações diaspóricas

As considerações em trânsito, assim compreendidas porque estamos sempre em movimento, inclusive nossas ideias e verdades, não serão vistas como um ponto final, mas, sim, como um ponto de continuação. As elaboramos levando em consideração o processo diaspórico disciplinar, que apesar de partir de uma perspectiva sociológica não se limita a ela, borra as fronteiras e coloca em diálogo um referencial múltiplo e livre dos imperativos sociais e acadêmicos, como não poderia deixar de ser ao se tratar de temas transdisciplinares.

Como podemos ver ao longo do texto, as mulheres trans e travestis são sujeitas que se constituem fora da norma de gênero, desestabilizando o sistema binário da sociedade heteronormativa e as colocando no lugar de abjeto, que é gerado pela alteridade promovida ao se confrontar o essencialismo com o fluido, ocasionada no movimento de transposição e borrimento das fronteiras de gênero, o que pode ser lido como uma crise do CISTema.

Este trânsito entre os territórios do gênero ocorre de forma relacional e contextual, mas não é uma viagem que sai de um ponto fixo para outro. Ao longo desta mobilidade, há inúmeros pontos de gradiência que podem ser interpretados como ponto final para algumas pessoas, e por outras, apenas como um ponto de conexão para outra etapa da vida em sua busca da representação social desejada.



Tem um ponto de partida fixado pela biologia que, a partir do genital, as inserem e as nomeiam como indivíduos masculinos, mas que de uma perspectiva de construção social depreende-se que não há fixidez neste ponto de origem, ele também é formado por inúmeros gradientes que são invisibilizados em prol de um referencial homogêneo.

Desta maneira, a Diáspora Trans acontece de pontos múltiplos de partida com destino a pontos múltiplos de chegada, em relação ao fluxo dos processos identitários de gênero, mas que também faz menção às migrações espaço-temporal. É uma viagem sem roteiro definido e que vai sendo construída dentro das relações de poder-saber. Este estudo diaspórico segue seu fluxo em busca de respostas e não cessa sua viagem aqui.

A Diáspora Trans surge como um conceito a ser pensado e repensado, refletindo não apenas uma possibilidade de pensar a dispersão de povos em momentos de crise, mas, compreendendo a dispersão de pessoas que se conectam por seus processos identitários e se dispersam nos territórios simbólicos e/ou geográfico. É ressignificar a diáspora para além das mobilidades transnacionais e diasporizar o conceito rumo a novas interpretações e possibilidades.



Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e Mitos (Vol. 1). 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENTO, Berenice. **Brincar de gênero**, uma conversa com Berenice Bento. Depoimento [Julho – Dezembro, 2014]. 43. ed. Campinas: Revista Pagu. Entrevista concedida a Diego Mado Dias, 2014.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona, Içaria, 2002. p.p. 229-257.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOLAÑOS, Aimée G.. **Toda odisseia tem um final feliz?** (A propósito de poesia e diáspora). ALETRIA :Revista de Estudos de Literatura, n. 3 - v. 22, 2012.

BRAH, Avtar (1996). **Cartografías de la diáspora**. Identidades en cuestión. Traducción: Sergio Ojeda. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BUTLLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Tradução Tomáz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 151-172.

BUTLLER, Judith. Criticamente Subversiva. In: Jiménez, Rafael M. M. (Org.). **Sexualidades Transgressoras**: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Içaria, 2002, pp. 55-79.

BUTLLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANCLINI, Nestor García (1989). **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.



CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Robin. **Diasporas and the Nation-State**: from victims to challengers. In: ____; VERTOVEC, Steven (Eds). *Migration, diasporas and transnationalism*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 1999. p. 266-278.

COHEN, Robin. **Sólidas, dúcteis e líquidas**: noções em mutação de "lar" e "terra natal" nos estudos da diáspora. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp.519-532.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo : Inversos, 2016, 272 p.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DU BOIS, W. E. B., **The Suppression of the African Slave-trade to the United States of America**, 1638-1870. New York: Longmans, Green and co, 1896

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENNES, M. **A construção de uma identidade inacabada**: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Editora da Unesp, 2001.

ENNES, M. **Produção da diversidade**: identidades e imigração. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS*, v.4, nº 8, 2016, p. 217-242.

ENNES, M. e MARCON, F.. **Das identidades aos processos identitários**: repensando conexões entre cultura e poder. Porto Alegre: *Revista Sociologias*, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 274-305.

FORTIER, Anne-Marie. "Queer Diaspora." In: **Handbook of Lesbian and Gay Studies**, 2002. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sageereference.com/hdbk_lgs/Article_n12.html. Acesso em: 10 mar. 2022.

FOUCAULT, M.. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 2001.



HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais** / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et al. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2ª. ed. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>, acesso em 10 de mar. de 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n.2, jul-dez 2012, pp. 363-369.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Organização Guacira Lopes Louro; tradução Tomaz Tadeu da Silva. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Argos), 2019.

MENESES, Cleber Meneses. **Diáspora Trans: mobilidades e migrações espaço-temporal e de gênero**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 345, 2020.

ONU BRASIL, Organização das Nações Unidas no Brasil. [2016]. **Violência contra pessoas trans é 'extremamente alta' nas Américas, apontam ONU e parceiros**. (on-line). Disponível em <https://nacoesunidas.org/violencia-contrapessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apon>. Acesso em 10 de mar. 2022.

ONU, Organização das Nações Unidas. [2020]. **A campanha global das nações unidas contra a homofobia e a transfobia**. (on-line). ONU LIVRES & IGUAIS, 2020. Disponível em: <https://www.unfe.org/pt-pt/about/>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

PEREIRA, Rodrigo. Diáspora contemporânea: um convite à reflexão numa perspectiva histórico literária. **Grau Zero** — Revista de Crítica Cultural, v. 4, n. 1, 2016.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado, por Jesús Carrillo. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense. **Revista Poiésis**, n 15, p. 47-71, Jul. de 2010.



PRECIADO, Paul Beatriz. **Um apartamento em Urano**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, 5, 2010. p. 17- 44.

SAFRAN, William. **Diasporas in modern societies**: myths of homelands and return. *Diaspora: a journal of transnational studies*. Toronto: University of Toronto Press, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SANTOS, Fernanda. **Corpos em Diáspora**. Campinas: Unicamp, 2016. Disponível em:

<http://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/ppgadc/article/viewFile/567/677>. Acesso: 10 de mar. 2022.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. 1995. p. 71-99.